

**ATA DA II REUNIÃO DO CONSELHO CIENTÍFICO  
DELIBERATIVO (CCD) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA (ABCIBER)**

1 **Data e local da reunião** – Aos dois dias do mês de junho de dois mil e oito, às treze  
2 horas e cinquenta e quatro minutos, iniciou-se na cidade de São Paulo, Estado de São  
3 Paulo, na sala 500-B, 5º andar, no prédio Bandeira de Mello da Pontifícia Universidade  
4 Católica de São Paulo (PUC-SP), a II Reunião do Conselho Científico Deliberativo  
5 (CCD) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), extensa  
6 até o dia seguinte. **Contexto da reunião** – A reunião teve como finalidade o  
7 prosseguimento dos trabalhos de definição das características institucionais da  
8 Associação, com ênfase na discussão e aprovação de seu Estatuto com vistas ao registro  
9 da Associação em Cartório e solicitação de CNPJ. **Comparecimento** – Participaram da  
10 reunião os seguintes professores/pesquisadores: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Amaral (UTP),  
11 Prof. Dr. Alex Fernando Teixeira Primo (UFRGS/Secretário de Finanças da ABCiber),  
12 Prof.<sup>a</sup> Dra. Diana Maria Gallicchio Domingues (UTP - UCS), Prof. Dr. Eugênio  
13 Rondini Trivinho (PUC-SP/Presidente da ABCiber e Coordenador Geral do CENCIB),  
14 Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Glória Bruno (UFRJ/Diretora de Comunicação da ABCiber), Prof.  
15 Dr. Francisco Eduardo Menezes Martins (PUC-RS), Prof. Dr. Gilberto dos Santos Prado  
16 (USP/Conselho Fiscal da ABCiber), Prof.<sup>a</sup> Dra. Gisela Grangeiro da Silva Castro  
17 (ESPM), Prof. Dr. Henrique Antoun (UFRJ/Secretário Executivo da ABCiber), Prof.<sup>a</sup>  
18 Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara (PUC-SP), Prof. Dr. Marcos Palacios (UFBA/Diretor  
19 Editorial da ABCiber), Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lucia Santaella Braga (PUC-SP), Prof.<sup>a</sup> Dra.  
20 Sandra Portella Montardo (FEEVALE), Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira (Cásp  
21 Líbero-SP), Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Pereira de Sá (UFF/Diretora Cultural da ABCiber),  
22 Prof.<sup>a</sup> Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira (ECA/USP), Prof.<sup>a</sup> Dra. Suely Frago  
23 (Unisinos), Prof. Dr. Theophilos Rifiotis (UFSC/Vice-Presidente da ABCiber), Prof. Dr.  
24 Vinícius Andrade Pereira (UERJ/Diretor Científico da ABCiber) e a Prof.<sup>a</sup> Dra. Yara  
25 Rondon Guasque Araújo (UDESC). Estavam também presentes os seguintes membros  
26 da equipe de apoio: Ângela Pintor, da assessoria operacional; Daniel Guimarães, da  
27 assessoria de equipamentos; Ana Lúcia Moura Fé e Letícia Capanema, dos registros  
28 para a Ata; Heloisa Pereira, da secretaria geral. **Pauta** – A pauta da reunião foi formada  
29 pelos seguintes pontos: [1] Informes; [1.1] II Simpósio Nacional, a ser realizado na  
30 PUC-SP em novembro de 2008; [1.2] Registro da Associação em Cartório e solicitação  
31 de CNPJ; [2] Ordem do dia; [2.1] Aprovação da Ata da reunião anterior (I Reunião do  
32 Conselho Científico Deliberativo da ABCiber, realizada nos dias 29 e 30 de novembro  
33 de 2007); [2.2] Estatuto da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura  
34 (ABCiber); [2.3] Apresentação e deliberação do *site* institucional; [2.4] Constituição do  
35 quadro nacional de associados e previsão de benefícios institucionais; [2.5]  
36 Sustentabilidade financeira (item conexo ao 2.3); [2.6] Critérios para estabelecimento de  
37 parcerias institucionais (item conexo ao 2.4); [3] Outros assuntos. **PRIMEIRA**  
38 **SESSÃO** – No horário acima mencionado, o Presidente da ABCiber e Coordenador  
39 Geral da Reunião Científica, Prof. Eugênio Trivinho, agradeceu a presença dos  
40 conselheiros e deu por iniciada a reunião, com a instalação da mesa de trabalho e a  
41 distribuição da ficha técnica para efeitos do currículo Lattes, das cópias do Estatuto da  
42 ABCiber e da lista de presença. Considerada a presença dos membros da Diretoria e do  
43 CCD, o Presidente da Associação sugeriu que se começasse a tratar a pauta a partir da  
44 Ordem do dia pelos pontos 2.4 (Constituição do quadro nacional de associados e  
45 previsão de benefícios institucionais), 2.5 (Sustentabilidade financeira) e 2.6 (Critérios

46 para estabelecimento de parcerias institucionais), tratando do ponto 2.2 (Estatuto), 2.3  
47 (Apresentação e deliberação do *site* institucional) e 2.1 (Aprovação da Ata da reunião  
48 anterior) na segunda sessão, prevista para o início da noite. O Prof. Eugênio Trivinho,  
49 cumprindo o item 1 da pauta, iniciou a exposição da proposta de realização do II  
50 Simpósio Nacional, já discutida na lista da Diretoria e encaminhada à lista do CCD,  
51 defendendo a realização do evento na PUC-SP, no período de 10 a 14 de novembro,  
52 com um formato mínimo de *papers* e exposições (*workshops*). O Presidente da ABCiber  
53 ressaltou a importância de se estabelecer os critérios de parceria para o evento e  
54 informou que a infra-estrutura e os recursos financeiros estavam sendo providenciados,  
55 defendendo, ainda, a divulgação do *call for papers* em lista nacional e internacional,  
56 com entradas de inscrição. O Prof. Eugênio Trivinho esclareceu que a Diretoria assumiu  
57 *ad referendum* que o Simpósio seria na PUC-SP, na condição de que o evento seguinte  
58 ocorresse em outra instituição. O Presidente da Associação informou, também, que as  
59 atividades seriam divididas entre 50% para *papers* e 50% para exposições (*workshops*);  
60 e que, uma vez aprovado o prazo de 10 a 14 de novembro de 2008, a ABCiber poderia  
61 contar com o anfiteatro do TUCA (80 lugares), o TUCA Arena (200 lugares), o Teatro  
62 do TUCA (400 lugares), o Auditório Banespa (40 lugares) e 30 salas de aula. Os  
63 presentes passaram a discutir a duração e o formato adequados para o evento. Houve  
64 ponderações por parte da Prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Santaella Braga e do Prof. Alex Primo  
65 sobre a extensão de 5 (cinco) dias, enquanto a Prof.<sup>a</sup> Simone Pereira de Sá ressaltou a  
66 importância de não se reduzir a diversidade do evento em função da diminuição de sua  
67 duração. O Prof. Sérgio Amadeu lembrou a necessidade de se buscar apoio nas  
68 instituições de fomento. A Prof.<sup>a</sup> Suely Fragoço sugeriu o uso de *software* livre para  
69 agilizar a organização dos eventos (SOAC). O Presidente da Associação, após ouvir  
70 todas as ponderações, confirmou a viabilidade operacional, custo financeiro e infra-  
71 estrutura para a realização do evento e ressaltou a importância de vincular o Simpósio  
72 ao Capítulo II do Estatuto da ABCiber, que trata das metas institucionais e objetivos  
73 programáticos; e defendeu que o evento já deveria ser científico e cultural, estando a  
74 Comissão Organizadora dividida entre Comissão Geral, Comissão Científica (formada  
75 pelo Presidente e sua equipe) e Comissão Cultural, a ser estruturada posteriormente.  
76 Finalizado o debate, o Prof. Eugênio Trivinho passou para o ponto seguinte, sobre o  
77 registro da Associação em Cartório e consequente solicitação do CNPJ. O Presidente  
78 informou que o registro dependia da aprovação do Estatuto, prevista para a própria  
79 reunião, e deveria ocorrer no segundo semestre. Após o fim dos Informes, o Presidente  
80 da ABCiber inaugurou a Ordem do Dia lembrando a alteração dos tópicos efetuada no  
81 início da reunião, e abriu o ponto 2.4 sobre a constituição do quadro nacional de  
82 associados e previsão de benefícios institucionais. O Prof. Eugênio Trivinho declarou  
83 que o cadastro de associados podia ser feito pelo sítio ou em conjunto com a inscrição  
84 nos Simpósios e que a Diretoria estava aberta a sugestões sobre preços, formas de  
85 pagamento e benefícios a serem dados aos associados. Foram sugeridos convênios que  
86 oferecessem vantagens aos associados, embora tenha sido enfaticamente negado que os  
87 resultados da produção científica da associação fossem comercializados. Reafirmou-se o  
88 caráter individual dos associados em vez de associados institucionais ou grupais.  
89 Propôs-se também precedência de acesso para os associados em relação a materiais  
90 produzidos pela Associação. Outras formas de benefícios, para além dos descontos e da  
91 mencionada precedência, ficaram para ser examinadas posteriormente. O Presidente da  
92 ABCiber passou para o ponto 2.5, sobre a sustentabilidade financeira. Foi pedido o  
93 exame dos 7 incisos do Artigo 76 do Estatuto (capítulo sobre Patrimônio, Receita e  
94 Despesa) e perguntado se a sustentabilidade financeira da Associação se daria através  
95 deles. A Prof.<sup>a</sup> Diana Domingues pediu que se registrasse em ata a sua sugestão de

96 edital para a solicitação de serviços para os associados apresentarem propostas. O  
97 Presidente da Associação defendeu, diferentemente, que o Conselho tivesse a  
98 prerrogativa de dar pareceres sobre demandas encaminhadas à Diretoria, sem a  
99 necessidade de levá-las à Assembléia Geral, o que foi aceito por consenso. Uma vez  
100 encerrada a discussão, o Prof. Eugênio Trivinho abriu o debate do ponto 2.6, sobre os  
101 critérios para estabelecimento de parcerias institucionais. Foi definido que o Conselho  
102 deve decidir caso a caso sobre as propostas, podendo delegar às Comissões  
103 Organizadoras liberdade eventual de decisão, a ser posteriormente avaliada pelo  
104 Conselho. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, foi feita uma pausa que  
105 encerrou a primeira sessão. **SEGUNDA SESSÃO** – Às dezenove horas e trinta  
106 minutos, a segunda sessão de trabalhos foi inaugurada, com a sugestão da ordem da  
107 pauta para deliberação: pontos 2.2 (Estatuto da ABCiber), 2.3 (Apresentação e  
108 deliberação do *site* institucional) e, por último, 2.1 (Aprovação da Ata da reunião  
109 anterior). O Presidente da Associação propôs a apreciação e aprovação do Estatuto na  
110 estrutura apresentada, passando-se depois para a discussão dos destaques. O Presidente  
111 da ABCiber explicou que a estrutura do Estatuto abrangia 16 (dezesseis) Capítulos,  
112 formados por sequência linear de Artigos e Parágrafos, conforme o rigor dos requisitos  
113 jurídicos exigidos em Cartório. Após a aprovação por unanimidade da estrutura do  
114 Estatuto, iniciou-se a discussão dos destaques. Em primeiro lugar, foram considerados  
115 os propostos através da lista de discussão, pelo Prof. Vinicius Andrade Pereira, pelo  
116 Prof. Alex Primo, pela Prof.<sup>a</sup> Lucrécia D’Alessio Ferrara e pela Prof.<sup>a</sup> Sandra Portella  
117 Montardo, que resultaram em modificação da redação do Estatuto. Após a declaração de  
118 satisfação dos proponentes com as modificações efetuadas, passou-se à discussão dos  
119 destaques propostos pelos participantes da reunião. O Prof. Eugênio Trivinho lembrou  
120 que os destaques deveriam se restringir a matérias sujeitas a decisão por parte do  
121 Conselho, conforme proposição do Prof. Henrique Antoun. Foram feitos destaques pela  
122 Prof.<sup>a</sup> Fernanda Bruno (Capítulo VII, Das Infrações e Penalidades e do Direito de  
123 Defesa), pelo Prof. Francisco Menezes (Artigo 68, inciso I), pela Prof.<sup>a</sup> Lucrécia  
124 D’Alessio Ferrara (Artigos 8, incisos II e III, e 9, incisos I, II e III), pela Prof.<sup>a</sup> Yara  
125 Guasque (Artigos 46, Parágrafo 2º, 52, Parágrafos 2º e 3º, 54, Parágrafos 2º e 5º, 60,  
126 Parágrafo único, 65 e 67, inciso IX; pelo Prof. Henrique Antoun e Prof.<sup>a</sup> Fernanda  
127 Bruno (Artigo 17, incisos II, IV e V; e pelo Prof. Marcos Palacios (Artigo 20, *caput*). O  
128 Prof. Eugênio Trivinho informou da necessidade de propor a discussão sobre mais 4  
129 (quatro) inserções de artigos no Estatuto. Após as propostas de destaques e acréscimos,  
130 passou-se a tratar de sua matéria. Sobre a proposta da Prof.<sup>a</sup> Lucrécia D’Alessio Ferrara  
131 para o Artigo 8, inciso II, foi acatado por consenso pelo Conselho a inserção do termo  
132 “instituições” na redação, e, para o inciso III do mesmo Artigo, foi aceito, também por  
133 consenso, a retirada do parênteses do texto; em relação ao Artigo 9, incisos I, II e III, a  
134 sugestão da passagem do inciso II para posição superior, por ser mais geral que os  
135 outros, foi igualmente consensuada pelos presentes. A proposta do Prof. Francisco  
136 Menezes sobre o Artigo 68, inciso I, de substituição de “atividades científicas” por  
137 “atividades culturais” foi aceita consensualmente pelo Conselho. Quanto aos destaques  
138 propostos pela Prof.<sup>a</sup> Yara Guasque do Artigo 46, não houve aceitação da sugestão; do  
139 Artigo 54, procedeu-se à supressão, na terceira linha, da expressão “lista de discussão  
140 própria”; do Artigo 67, inciso IX, foi acrescida a remissão a outros procedimentos de  
141 comunicação *online*. A Prof.<sup>a</sup> Yara Guasque sugeriu, ainda, parecer jurídico a respeito  
142 do Artigo 52, Parágrafos 1º a 3º, pedido acatado pelo Presidente da ABCiber, que se  
143 comprometeu a realizar consultas a respeito. Sobre os destaques pedidos pela Prof.<sup>a</sup>  
144 Fernanda Bruno e Prof. Henrique Antoun do Artigo 17, incisos II, IV e V, foi  
145 modificada a redação do inciso IV para “cometimento de falta grave contra o

146 patrimônio moral, material e imaterial da Associação”; e do inciso V para “cometimento  
147 de falta grave contra associado e/ou participante de seus eventos e fóruns de discussão”.  
148 Sobre a proposta do Prof. Marcos Palacios para o Artigo 20, *caput*, foi aceita a redação:  
149 “A penalidade de exclusão do quadro associativo será automática após se comprovar  
150 falta de quitação de 2 (duas) anuidades sequenciais”. Dado o avançado da hora, o Prof.  
151 Eugênio Trivinho propôs que a consideração sobre a inclusão de 4 (quatro) novos  
152 artigos no Estatuto e a discussão do ponto de pauta 2.3 (Apresentação e deliberação do  
153 *site* institucional) fossem cumpridas em sessão do dia seguinte. Após reclamação da  
154 Prof.<sup>a</sup> Gisela Castro sobre a distribuição do tempo nas duas sessões para a discussão dos  
155 pontos tratados, a sessão foi encerrada pelo Presidente da ABCiber, que reafirmou a  
156 legitimidade dos resultados do debate e defendeu a necessidade de um protocolo de  
157 trabalho que contemplasse a distribuição de tempo solicitada. **TERCEIRA SESSÃO** –  
158 Às 10 horas da manhã do terceiro dia do mês de junho de 2008, teve reinício, na sala  
159 500A da PUC-SP, a reunião do CCD, estando presentes os mesmos membros das  
160 sessões do dia anterior. O Presidente da Associação registrou agradecimentos pela  
161 presença de todos os pesquisadores e da equipe de apoio, formada por Ângela Pintor  
162 dos Reis e Daniel Guimarães (assessoria operacional) e por Letícia Capanema (registros  
163 para a elaboração da Ata). **Pauta** – A pauta da sessão foi composta pelos seguintes  
164 pontos: [2] Ordem do dia; [2.2] Estatuto da Associação: discussão sobre a inclusão de 4  
165 (quatro) artigos: sobre deveres e benefícios do membro fundador; sobre Conselho de  
166 Ética; sobre a autonomia da Associação; e sobre licenciamento e vacância dos membros  
167 da Diretoria e do CCD; [2.3] Apresentação e deliberação do *site* institucional,  
168 juntamente com a consideração de um *blog*; e [2.1] Aprovação da Ata da reunião  
169 anterior. Foi aprovada por unanimidade a proposta do Presidente da Associação acerca  
170 da necessidade de inserção dos 4 (quatro) artigos no Estatuto, conforme acima  
171 mencionado. Sobre o papel do membro fundador e sua importância, o Prof. Eugênio  
172 Trivinho sugeriu inciso específico sobre os deveres desse membro para com a  
173 Associação, envolvendo um comprometimento histórico em relação à consolidação e  
174 bom funcionamento da Associação. A Prof.<sup>a</sup> Diana Domingues ressaltou a importância  
175 de se prever algum benefício e reconhecimento ao membro fundador, junto com os  
176 deveres. A Prof.<sup>a</sup> Sandra Portella Montardo, o Prof. Vinicius de Andrade Pereira e o  
177 Prof. Marcos Palacios também consideraram importante a previsão conjunta de  
178 benefícios e obrigações. O Prof. Alex Primo e a Prof.<sup>a</sup> Suely Fragoso sugeriram deixar a  
179 criação de benefícios para momento posterior. O Prof. Marcos Palacios sugeriu isenção  
180 de anuidades para o membro fundador após o período de consolidação da Associação. O  
181 Prof. Eugênio Trivinho reforçou a idéia de se prever obrigações e reconhecimentos e  
182 propôs que estes últimos ocorressem após 10 (dez) anos de atuação. O professor propôs  
183 dois tipos de reconhecimento: um, simbólico, mediante conversão do membro fundador  
184 em membro honorário; outro, pecuniário, traduzido na isenção de contribuição  
185 ordinária. O Presidente da ABCiber sugeriu um inciso específico para contemplar a  
186 função de consultoria como dever do membro fundador, que, no caso, atuaria mediante  
187 demanda específica, seja do CCD, seja da Diretoria. O Presidente da Associação  
188 sinalizou os termos do inciso: o membro fundador atuaria como consultor *ad hoc* sobre  
189 matérias ligadas à história, à memória e a outros setores da Associação que a Diretoria e  
190 o CCD julgarem necessários. No Artigo, deve constar ainda uma cláusula sobre a  
191 competência e o reconhecimento desse membro. Em relação ao reconhecimento, o  
192 Artigo deve prever que, após 10 (dez) anos, o membro fundador seja remido,  
193 desobrigando-se, pois, do pagamento das contribuições ordinárias, e tenha seu *status* de  
194 associado convertido em membro honorário. O Prof. Eugênio Trivinho sugeriu ainda  
195 especificar que, para o usufruto de tais benefícios, os 10 (dez) anos de atuação sejam

196 consecutivos (sem interrupções). Foi facultado à Diretoria que decidisse e redigisse  
197 posteriormente esse ponto, para inserção no Artigo 16 do Capítulo 6 do Estatuto. Em  
198 seguida, passou-se à discussão da criação do Conselho de Ética. O debate foi iniciado  
199 com a sugestão da criação de um Comitê de Ética ocasional, conforme necessidade e  
200 solicitação, ao invés de um conselho, proposição do Prof. Vinícius Andrade Pereira, que  
201 contou com apoio da Prof.<sup>a</sup> Suely Fragoso. A Prof.<sup>a</sup> Fernanda Bruno pediu especificação  
202 da diferença entre um comitê e um conselho e sugeriu a elaboração de um código de  
203 condutas com regras éticas mais amplas. O Prof. Marcos Palacios lembrou que, se for  
204 aprovada a inclusão do Conselho de Ética, seu regimento deverá ser redigido e aprovado  
205 posteriormente. O Prof. Eugênio Trivinho esclareceu a diferença entre comitê e  
206 conselho, apontando o caráter sazonal do primeiro em contraposição ao segundo, que é  
207 um órgão fixo. Isto posto, ele sugeriu um conselho permanente em matéria ética para  
208 zelar sobre a instituição. As questões seriam levadas a esse Conselho por demanda da  
209 Diretoria. A menção do Conselho de Ética no Estatuto deveria ocorrer em Capítulo  
210 próprio (VIII, Artigo 25) e seus princípios, incumbências e modo de funcionamento  
211 seriam previstos no Regimento Interno, a ser ainda elaborado. Os presentes aprovaram a  
212 proposta de criação desse Conselho permanente. Passou-se para o ponto seguinte, sobre  
213 a autonomia da Associação. Foi decidido por unanimidade que a Associação deve ter  
214 sua autonomia científica e cultural mantida nas parcerias que vier a estabelecer. Abriu-  
215 se então o debate sobre o licenciamento e vacância de membro. Após breve debate  
216 sobre o período que caracterizaria a vacância ou a necessidade de pedido de licença, foi  
217 aprovada por unanimidade a inserção de inciso sobre a necessidade de comunicação de  
218 ausência quando o prazo for maior do que 6 (seis) meses. Terminada a discussão  
219 envolvendo o Estatuto, entrou em apreciação o *site* da Associação. Após debate, foi  
220 consensuada a versão trilingue do *site*, em português, inglês e espanhol. Quanto à  
221 proposta de construção de um *blog*, decidiu-se adiar por 6 (seis) meses a questão, visto  
222 que a necessidade de administrá-lo era incompatível com as possibilidades atuais da  
223 Diretoria da Comunicação. A Comissão para desenvolvido do *site* institucional,  
224 composta com a inclusão dos Profs. Sérgio Amadeu e Rogério da Costa, foi  
225 reconfirmada. Por fim, a Ata da reunião anterior do CCD foi posta em votação pelo  
226 Presidente da Associação e aprovada por unanimidade. **Encerramento da reunião** - Às  
227 13 horas, o Prof. Eugênio Trivinho agradeceu a todos os membros o empenho nas  
228 sessões de trabalho. Igualmente, agradeceu, com ênfase, à Comissão Organizadora. Ato  
229 contínuo, o Presidente da Associação declarou encerrados os trabalhos. Nada mais  
230 tendo sido considerado, eu, Henrique Antoun, Secretário Executivo da ABCiber, com o  
231 auxílio de Ana Lúcia Moura Fé e Letícia Capanema, da Comissão Organizadora, lavrei  
232 a presente Ata e, por ser a expressão da verdade, assino-a, de igual modo e motivo, pelo  
233 qual, depois de lida e aprovada, referendam-na os conselheiros presentes à reunião. São  
234 Paulo, 03 de junho de 2008.